

Dimas José Batista

I. A fonte e sua natureza epistemológica¹

A fonte é um dos elementos essenciais para entender a natureza do conhecimento histórico. É evidente que a fonte isolada e descontextualizada não permite o entendimento da natureza do conhecimento histórico, portanto, faz-se necessário compreender a fonte como parte de um sistema que se compõe, pelo menos, de três grandes elementos: *o sujeito cognoscente, o objeto e os instrumentais teóricos e metodológicos* imprescindíveis à compreensão da natureza epistemológica da fonte, do objeto, dos problemas no campo da história. A fonte – independente de sua forma externa e dos suportes em que se manifesta – transporta e, em si mesma, às vezes, é a mensagem ou comunica ou implica uma proposta de combate.

A fonte é origem. A *originalidade* da fonte infere-se do fato de que é dela que se extrai as *primeiras e últimas* consequências da “operação histórica”, da investigação. Os historiadores, os cientistas sociais, antropólogos, físicos, matemáticos ou botânicos, todos os pesquisadores precisam recorrer à fonte. É imprescindível que o cientista – natural ou social – recorra à fonte para explorar o mundo físico ou teórico, mesmo que, neste último caso, ele se valha de modelagens. O modelo, o protótipo ou paradigma podem se constituir nas fontes de conhecimento da realidade.

O sujeito do conhecimento – o sujeito cognoscente – não se confunde com a fonte, embora, às vezes, ele mesmo possa vir a se constituir na fonte. O sujeito do conhecimento não faz parte da natureza epistemológica da fonte. Inicialmente, é preciso registrar que a fonte possui três características intrínsecas da fonte são a: *maleabilidade, flexibilidade e variedade de inscrição*. Essas características vinculam-se sob o ângulo sistêmico à natureza física do suporte em que a informação é fixada. Decorre destas características, uma que é vital à fonte: a *informatividade*.

¹ Existem inúmeros teóricos, filósofos e epistemólogos que discutem a natureza do conhecimento técnico, científico e filosófico. Sugerimos o trabalho seminal de BACHELARD, Gaston. *A Epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2006.

A natureza epistemológica da fonte não se liga estruturalmente às suas formas e, nem mesmo, aos seus conteúdos. No entanto, é impossível discutir a natureza teórica da fonte sem, primeiramente, explorar os elementos estruturais formais da fonte. Em seguida, é fundamental analisar a natureza estrutural do conteúdo: informatividade, argumentatividade e normatividade da narrativa ou do conteúdo discursivo. Há ainda elementos extrínsecos à natureza epistemológica da fonte: as condições de produção e as condições de recepção. Esses elementos extrínsecos vinculam-se à contextualização e à historicidade da fonte.

Portanto, discutir a natureza epistemológica da fonte implica compreender e desvendar a estrutura externa e interna da fonte. Essa operação histórica requer que se analise os elementos intrínsecos e extrínsecos, sendo assim iremos nos ater, primeiramente, aos esses elementos filosóficos e antropológicos do conceito de fonte. Em seguida, irei explorar a natureza epistêmica e sistêmica da fonte impressa para a compreensão do jornal como *instrumento, suporte ou material* necessário ao entendimento da história e cultura política brasileira durante o século XIX.

II. A natureza epistemológica da fonte impressa.

A natureza epistemológica da fonte obriga a discutir as implicações extrínsecas e intrínsecas da fonte impressa geradas em seu meio histórico, social e cultural. Começamos por afirmar que a imprensa como qualquer veículo ou meio de transmissão de ideias, ideologias e conhecimento está carregada de intencionalidade e projetos individuais e coletivos. Essa constatação não retira, nega ou inviabiliza a produção de conhecimento histórico válido e científico a partir das fontes impressas.²

Podemos afirmar sem medo que a fonte impressa – o jornal – possui validade científica e é campo de produção de verdades provisórias, parciais e limitadas e que estabelece interfaces múltiplas com a sociedade em que circula, isto é, as mensagens e o próprio veículo interage com os seus produtores – jornalistas, empresários, redatores, articulistas, etc., - e seus consumidores – leitores, comentaristas e ouvintes, etc., - bem como outras mídias ou meios de comunicação; e dessa interação e interface produz-se um conhecimento científico específico.

O conhecimento jornalístico lida com o tempo presente. A concretude dos eventos narrados, noticiados ou construídos pelo conhecimento jornalístico lida com o calor dos acontecimentos

² Em relação à natureza epistemológica da fonte impressa, confira, especificamente, o instigante e analítico artigo de: CHRISTINO, Daniel. Epistemologia e Comunicação: debatendo o objeto comunicacional. LOGOS 37, vol. 19, n. 02, 2º semestre, 2012.

imediatos, com a ebulição da vida social e cotidiana. Embora, a imprensa fixe os eventos/acontecimentos mais candentes quando são registrados nas páginas dos jornais ocorre o resfriamento das tensões inerentes aos fatos, eventos e acontecimentos históricos e sociais. Marshall McLuhan, em *Os meios de comunicação como extensões do homem*, define os meios de comunicação em quentes e frios destacando suas potencialidades, virtualidades e condições de possibilidade das fontes e do discurso jornalístico. De acordo com McLuhan:

Há um princípio básico pelo qual se pode distinguir um meio quente, como o rádio, de um meio frio, como o telefone, ou um meio quente, como o cinema, de um meio frio, como a televisão. Um meio quente é aquele que prolonga um único de nossos sentidos e em “alta definição”. Já uma caricatura ou um desenho animado são de “baixa definição”, pois fornecem pouca informação visual. (...) Um meio frio como os caracteres escritos hieroglíficos ou ideográficos atua de modo muito diferente daquele de um meio quente e explosivo como o do alfabeto fonético. Quando elevado a um alto grau de intensidade visual abstrata, o alfabeto se transforma em tipografia. (McLuhan, Marshall, 2005:38-39)

Nota-se que a fonte impressa, particularmente, os periódicos ou jornais, são meios, conforme a definição de M. McLuhan, quentes caracterizando-se pela exigência de ativação, concentração e prolongamento de um único sentido – sentido aqui entendido como atividade sensório-motora –, a fonte impressa permite pouca ou quase nenhuma participação do sujeito cognoscente, mantém a intensidade do calor por meio da repetição. Os meios de comunicação, especialmente, o impresso interfere no ambiente social reverberando ou repercutindo objetos, temas e problemas que afligem a sociedade.

É exatamente o que ocorreu durante o período pré- e pós-independência no Brasil. Verifica-se nos periódicos do RJ, SP, MG, MA e BA um debate intenso e repetitivo sobre as discussões realizadas nas Cortes de Lisboa. Os periódicos como *O Espelho*, *O Constitucional*, *O Diário Constitucional*, *Idade D'Ouro do Brazil* e *O Conciliador do Maranhão* dos anos de 1820 a 1823 evidenciam uma série de debates: a) sobre a independência do Brasil; b) sobre os direitos individuais – civis e políticos – do homem; c) sobre o pacto ou o “contrato social”; d) governabilidade e organização do Estado nascente; e) separação ou definição dos poderes do Estado, entre outros temas, objetos e problemas políticos, jurídicos e sociais. Esses jornais se apresentam como fontes ricas para a compreensão da realidade brasileira.³

³ Há inúmeras obras que discutem o período da Independência no Brasil e todos esses temas, desde os clássicos: Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio de Sousa, Américo Jacobina Lacombe até historiadores e historiadoras mais “modernos” como Emília Viotti da Costa, Bóris Fausto, Paulo Sérgio Pinheiro, Laura de Souza e Mello, a lista é extensa e repleta de valoroso(a)s cientistas sociais e humanos que estudaram e analisam a História do Brasil. Porém, para a nossa discussão consulte-se: MOREL, Marco. Papéis Incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos de 1820-1830. *Topoi*, Rio de Janeiro, março de 2002, pp. 39-58. Veja também o excelente artigo de: NEVES, Lúcia Maria Bastos

III. Jornal fonte para o estudo do cotidiano.

Há inúmeras fontes indispensáveis para o estudo e compreensão da realidade social brasileira. Cada fonte requer uma **abordagem**, uma **metodologia** e, via de regra, **um *modus* específico de tratamento teórico**. Cada fonte pressupõe a existência de uma ou várias historiografias e, geralmente, **estratégias e táticas de análise e interpretação** que obrigam os historiadores e cientistas sociais a realizar um intenso esforço intelectual de hermenêutica. As fontes, e, em particular, a jornalística não foge à regra. A imprensa oferece múltiplas perspectivas para análise e interpretação da realidade social brasileira.

Para uma análise das fontes jornalísticas precisamos considerar alguns aspectos sociais: o período em que o jornal iniciou e encerrou suas atividades, a quem pertencia o jornal, qual a sua inserção social e política na sociedade, isto é, sua maior ou menor proximidade com as esferas de poder. É fundamental para a compreensão e análise do jornal como fonte verificar qual é o grau de recepção e repercussão social do jornal e sua penetração social, isto é, a quantidade de leitores que atingia. Estas primeiras abordagens são primordiais para compreender o impacto da fonte para o conhecimento da história regional, local e nacional.

A abordagem do jornal deve considerar inicialmente algumas escolhas: o período, o local, os temas e subtemas bem como os objetos que serão analisados. É importante que neste trabalho inicial isolar acontecimentos polêmicos e que repercutam as tensões e conflitos sociais significativos da cada época. No caso, iremos analisar o período imperial entre 1820 e 1824, conhecido como a fase de gestação e organização do Estado Nacional brasileiro. O local, ou a região ou zona de desenvolvimento da imprensa; tradicionalmente, a historiografia focaliza o Rio de Janeiro, nos direcionaremos para a região norte.

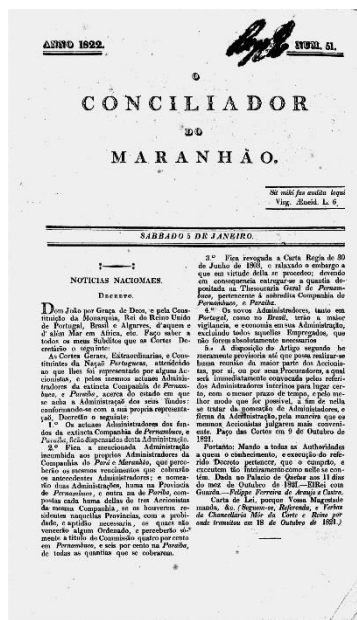
A fonte requer um tratamento técnico, metodológico e teórico que permita fazer uma análise da forma, da estruturação e da diagramação dos conteúdos e das informações do jornal. Tanto pela forma como pelo conteúdo, é fonte imprescindível para o conhecimento da vida cotidiana. Os ruídos e vestígios que emanam das páginas do jornal deixam entrever as tensões corriqueiras e os conflitos que se operam no interior dos grupos sociais ou classes.



IV. A estrutura do periodismo oitocentista: o início da padronização.

Os periódicos que circulavam nas principais províncias do Brasil foram consolidando um *modus operandi* jornalístico. Como a historiografia tem ressaltado a começar pela estrutura física ou formato dos periódicos, geralmente, compostos de quatro folhas, em duas colunas com a identificação do periódico somente na primeira folha; trazendo o número, a data e o valor da gazeta. No entanto, excepcionalmente, esse formato padronizado para todas as regiões do Império podia sofrer ligeiras alterações. Os jornais oitocentistas apresentavam um caráter quase artesanal, manufatureiro.

Ainda, no tocante à forma, nota-se que os jornais do século XIX no Brasil, especialmente, até os anos de 1850, não traziam muitas ilustrações, desenhos, pinturas ou quaisquer outras imagens. Isto é, os jornais desse período preocupavam-se essencialmente com a informação, menos com o divertimento ou distração do leitor. O fazer jornalístico irá passar por inúmeras mudanças e reformas ao longo do século XIX, mas pode-se dizer que esse padrão se consolidou e se difundiu com certa força por todo o país. Veja, por exemplo, uma cópia do periódico “O Espelho” da província da Bahia e do “O Conciliador do Maranhão”:



Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

A disposição da matéria, notícia, informação também se enquadra dentro de um formato vulgarizado: informações internacionais, nacionais, (regionais e locais), e a parte final do periódico

dedicavam-se notícias, ou melhor, avisos, em regra, sobre as atividades comerciais. Essas informações eram colhidas em inúmeros documentos como já salientamos (requerimentos, outros jornais, cartas pessoais e circulares, ofícios, etc.,) todo e qualquer documento servia para fazer chegar ao leitor às informações mais “recentes” de que dispunha o articulista ou redator.

Nesta reflexão sobre a cultura política brasileira nos oitocentos iremos nos ater especificamente no ano de 1822. Neste trabalho – extrato de uma pesquisa mais ampla - nos preocupamos essencialmente em entender como as elites políticas e a sociedade letrada construíam um discurso pró-independência. Por outro lado, iremos acompanhar a laboriosa construção e consolidação de um paradigma de imprensa e de jornalismo, no início do século XIX. O objeto da pesquisa, melhor, os objetos são múltiplos. Se, de um lado, rastreamos os discursos sobre o processo de independência do Brasil no ano mais tenso para as elites; de outro, buscamos compreender como os arautos da imprensa expressavam esses discursos e, ao mesmo tempo, iam gradativamente consolidando um campo de saber: o jornalismo e a imprensa brasileiros.

Mas, a pesquisa ambiciona ainda explorar o potencial – real ou virtual – da imprensa periódica brasileira como fonte/suporte para o conhecimento histórico. A pesquisa se debruça microscopicamente sobre o ano, o mês, o dia da independência. Ou seja, iremos discutir o adensamento dos acontecimentos que culminaram com a proclamação da Independência em 07 de setembro de 1822. Para entender esse processo é necessário conhecermos um pouco ou traçarmos um sucinto perfil do leitor no século XIX.

O leitor brasileiro - baiano, carioca, paulista ou qualquer outro de qualquer província do Império - possuía algumas qualidades importantes para apreciar a imprensa produzida à época. A primeira está ligada interesse concreto pelo debate político, pois como dissemos o jornal não possuía ilustrações que divertissem ou distraíssem o leitor. Sendo a imprensa dedicada quase exclusivamente à política, naturalmente, o leitor tinha que ser um indivíduo que estava acompanhando o dia-a-dia dos fatos – administrativos, legislativos e executivos do Brasil e de Portugal.

V. A neutralidade do discurso jornalístico.

Durante o século XIX, a imprensa começava a construir um discurso específico sobre a neutralidade da linguagem jornalística. A estratégia fundamental para construção desse discurso e, de um campo específico do conhecimento na área, foi a de constituir o gosto pela leitura. Em uma sociedade em

que, a maioria de seus membros, não tinha acesso ao universo da escrita tornava-se imprescindível valorizar os poucos leitores eram alfabetizados. A literatura que analisa o periodismo, o jornalismo e a imprensa no Brasil ressalta esse obstáculo que o campo de conhecimento teve que superar.

Pode-se dizer que era necessário estar atento à produção e à circulação dos periódicos e às estratégias de difusão nacional e internacional da notícia, posto que havia limitações conjunturais e estruturais que impediam a produção em larga escala. A difusão das informações, notícias, anúncios ou quaisquer tipos de conhecimentos por meio da imprensa implicava uma tarefa hercúlea.

O analfabetismo e as limitações de circulação/difusão somavam-se a outras: a inexistência de condições materiais para a produção (papel, tinta, os tipos móveis, tipógrafos qualificados, dentre outras condições que eram verdadeiros óbices ao desenvolvimento da imprensa – enquanto indústria – no país. Ou seja, quando pensamos em difusão temos que considerar as distancias reais e imaginárias entre a informação e o leitor. Por um lado, a imprensa estava envolvida em diversos combates. Constituir o público leitor e se afirmar perante essa opinião pública tentando demonstrar que se era um veículo de informação isento, verdadeiro, em suma, neutro.

VI. O substrato da fonte: requerimentos, circulares, periódicos, cartas e gazetas.

O discurso da neutralidade da imprensa originava-se nos diversos e múltiplos documentos que a compunham e estruturavam, mais especificamente nos graus de **confiabilidade e credibilidade** que cada uma possuía junto à sociedade em que circulava fosse no Rio de Janeiro, em Salvador ou em Lisboa. Vejamos esse aspecto fundamental da construção de um discurso jornalístico no século XIX. Há que separar os documentos públicos e particulares, dentre outros aspectos.

Por essas e outras razões, iremos, em momento posterior, ao aprofundarmos esses assuntos procuraremos destacar o entrelaçamento entre as diversas peças ou documentos que foram utilizados pelos periódicos na discussão da história e da cultura política do início do século XIX no Brasil. Estamos apenas começando a abrir uma clareira nessa mata densa que é a história política e cultural da elite oitocentista.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. **Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da História**. In: X Encontro Estadual de História - o Brasil do Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria – RS, 26 a 30 julho de 2010.
- BACHELARD, Gaston. **A Epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARBOSA, Marialva Carlos. **Imprensa e encenações da modernidade no início da República**. Vivência, n. 38, 129-142, 2011.
- BITTENCOURT, Gabriel. **A imprensa no Espírito Santo**. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 152(373): 1022-1031, out./dez., 1991.
- CHRISTINO, Daniel. **Epistemologia e Comunicação: debatendo o objeto comunicacional**. LOGOS 37, vol. 19, n. 02, 2º semestre, 2012.
- CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez., 2007.
- HOHLFELDT, Antonio. **A imprensa sul-rio-grandense entre 1870 e 1930**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação – eCompós, 2/12, Dezembro de 2006.
- LOS RIOS FILHO, Adolfo Morales de. **A imprensa**. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, vol. 274: 3-29, jan./mar., 1967.
- MAZINI, André. **A história da imprensa no contexto da historiografia brasileira**. Comunicação e Mercado/UNIGRAN – Dourados – MS, vol. 01, n. 02, nov. 2012, pp. 297-304.
- MOREL, Marco. **Papéis Incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos de 1820-1830**. Topoi, Rio de Janeiro, março de 2002, pp. 39-58.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Regeneração Política no Brasil: Os Movimentos de 1821/1882 Na Bahia e os Primórdios da Edificação do Império do Brasil**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.



NOGUEIRA, Clara Miguel Asperti. “Crônica”: a suave ironia Bilaquiana na Gazeta de Notícias. Patrimônio e Memória, UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 4, n. 2, p. 198-216, jun., 2009.

OLIVEIRA, Fábio Camargo Fleury de. **A imprensa tardia no Brasil: razões e circunstâncias.**

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **A relação entre a História e a Imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930).** Historiae, Rio Grande, 2(3): 125-142, 2011.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A imprensa como Fonte para a pesquisa em História: Teoria e Método.** In: www.bocc.ubi.pt Acessado em 20/03/2014.